

CONHECIMENTO DE PROFESSORES/AS SOBRE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIAS

Ana Cláudia Bortolozzi Maia¹; Teresa Vilaça²

¹ Universidade Estadual Paulista UNESP, Faculdade de Ciências (Brasil); ² Universidade do Minho, Instituto de Educação, Centro de Estudos da Criança (Portugal)
aclusdia@fc.unesp.br

Resumo

A Educação Inclusiva desafia os/as professores/as para educarem os/as alunos/as com deficiências visando a saúde sexual e reprodutiva: anatomia, fisiologia e morfologia do sistema reprodutor, puberdade, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planeada, etc. Entretanto, são escassos os estudos que investigam a formação de professores/as de Ciências para atuarem na educação em sexualidade com alunos/as com desenvolvimento atípico. Esta investigação teve por objetivo analisar o conhecimento de professores/as sobre a sexualidade de pessoas com deficiências, especificamente sobre as concepções relacionadas com as crenças (“mitos”) da sexualidade e deficiências. Participaram 45 professores/as do Distrito de Braga, sendo a maioria mulheres (n = 34) acima dos 51 anos de idade. Da amostra total, 66.7% era licenciado e 26.7% tinha o mestrado. Os/as professores/as atuavam, principalmente, nos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade. A maioria dos alunos/as com deficiências que esses/as professores/as tiveram nos últimos 5 anos, tinha transtorno do espectro autista (23%), deficiência Intelectual (23%), física (17%), visual (16%), auditiva (10%) e múltipla (11%). A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário *online* com questões distribuídas em eixos temáticos: a) dados pessoais e académicos, b) questões sobre sexualidade e deficiências e c) educação em sexualidade e as respostas foram analisadas por meio de estatística descritiva. Os resultados mostram que os/as professores/as reconhecem os/as seus/as alunos/as com deficiência como seres sexuados; entretanto, reproduzem alguns mitos sobre a sexualidade quando há uma deficiência, tais como: assexualidade/infantilidade, hipersexualidade, puberdade comprometida e incapacidade de reprodução. Além disso, muitos/as responderam “não sei” em várias questões, indicando uma desinformação sobre a temática. Conclui-se que o conhecimento sobre a sexualidade no desenvolvimento atípico entre esses/as professores/as é precário e as crenças errôneas contribuem para a manutenção dos preconceitos vigentes. Em geral, os/as professores/as reconhecem a necessidade de formação para atuarem na educação em sexualidade com este grupo particular de alunos/as. Apesar das limitações do estudo, conclui-se que é preciso investir na formação inicial e continua de professores/as de Ciências contemplando a relação entre Educação em Ciências e Educação Especial e Inclusiva.

Palavras-chave: Ciências; Sexualidade; Educação Especial; Inclusão; Formação de Professores.

Abstract

The Inclusive Education challenges teachers to educate students with disabilities to a sexual and reproductive health: anatomy, physiology and morphology of the reproductive system, puberty, prevention of sexually transmitted infections and unplanned pregnancy, etc. However, there are few studies that investigate the training of science teachers to work with sexuality education to students with atypical development. This research aimed to analyse the knowledge of teachers about the sexuality of people with disabilities, specifically about conceptions related to the beliefs ("myths") of sexuality and disabilities. Participants were 45 teachers from the District of Braga, most of them women (n = 34) above 51 years of age. Of the total sample, 66.7% had the bachelor's degree and 26.7% had the degree of master. The teachers worked mainly in the 7th, 8th and 9th grades. Most of the students with disabilities that these teachers had in the

last 5 years had autistic spectrum disorder (23%), Intellectual disability (23%), physical (17%), visual (16%), hearing impairment /19%) and multiple disabilities (11%). Data collection took place through an online questionnaire with issues distributed in thematic dimensions: a) personal and academic data, b) sexuality and disability issues, and c) sexuality education. The answers were analysed using descriptive statistics. The results show that teachers recognize their students with disabilities as sexed beings; however, reproduce some myths about sexuality when there is a deficiency, such as: asexual/ childishness, hypersexuality, compromised puberty and inability to reproduce. In addition, many answered "I do not know" on several issues, indicating misinformation about this area. It is concluded that knowledge about sexuality in atypical development among these teachers is precarious, and erroneous beliefs contribute to the maintenance of prevailing prejudices. In general, teachers recognize the need of training to promote sexuality education with this particular group of students. Despite the limitations of the study, these results point to the need to invest in the pre-service and in-service science teachers' training, contemplating the relationship between the Science Education and Special and Inclusive Education.

Keywords: Sciences; Sexuality; Special Education; Inclusion; Teachers' training.

Introdução

Educação em Ciências e Educação em Sexualidade

A Educação em Ciências é um processo educativo ativo que deve estimular o desenvolvimento de atitudes e capacidades para aprender a pesquisar, selecionar informações, testar hipóteses e concluir (Costa, 2000), tal como acontece na Educação em Sexualidade (ES) quanto parte de uma planificação organizada para construir conhecimentos e desenvolver a capacidade de reflexão para adoptar comportamentos preventivos em saúde sexual e compreender historicamente a sexualidade (Figueiró, 2010; Maia, 2006, 2010; Matos et al., 2014).

Em Portugal, a Lei n.60/2009, torna obrigatório que a ES seja realizada nas escolas promotoras de saúde, isto é, em todos os estabelecimentos da rede pública e privada (Duarte & Meireles-Coelho, 2011; Ribeiro, Pontes, & Santos, 2013). Vilaça (2013, p.227) afirma que, em geral, a ES quando ocorre nas escolas explicita uma compreensão limitada da sexualidade humana, pois a vertente da saúde "tem sido a mais valorizada e implementada em escolas portuguesas, privilegiando a dimensão biológica, em detrimento de outras dimensões, igualmente importantes, como as de natureza afetiva, cultural, social, ética e jurídica". Na mesma direção, Peixoto, Oliveira e Maio (2002, p.105) também referem que o discurso sobre sexualidade nas escolas, limita-se, em geral, a informações "do ponto de vista genético/ biológico, dificultando a compreensão do corpo, do prazer para além das características físicas e biológicas, ou seja, chegando às dimensões psicológicas, culturais, sociais e históricas".

Caridade (2008) entrevista 12 professores/as de Ciências e 12 encarregados de educação sobre a ES nos 2º e 3º ciclos do ensino básico. Os resultados indicam que os/as participantes são favoráveis aos projetos de ES na escola e defendem estratégias ativas e parcerias com centros de saúde. Esses/as professores/as estabelecem objetivos e identificam demandas e interesses temáticos; no entanto, não discutem atitudes e valores; priorizam os aspectos biológicos; e consideram a Educação em Ciências uma área importante para a ES, embora reconheçam a necessidade de transversalidade. A autora defende que é preciso promover a formação em ES destes professores/as focada também nos valores, numa articulação com as outras disciplinas e no apoio dos/as familiares.

Gonçalves (2010) investiga o papel da Educação em Ciências, da Área de Projeto e do Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) na ES no Ensino Secundário, através de entrevistas a responsáveis pelo GAA (n=6) e professores/as (n=6) e alunos/as de Biologia do 12º ano (n=12). A maior parte atribui à Biologia e ao GAA um papel importante na ES e entende a ES como uma área transversal e interdisciplinar. No programa da disciplina de Biologia, consideram a dimensão biológica da sexualidade o foco da ES e as práticas interdisciplinares são dinamizadas no GAA. A maioria assume que nesta disciplina não são abordadas as dimensões afetivo-sócio-culturais, que a sexualidade se limita à reprodução humana e que não ocorre transversalmente, como está previsto na Lei n.60/2009. A autora defende a necessidade de formação desses/as professores/as e de uma melhor articulação entre as disciplinas.

Paulos (2014) avaliou a implementação da ES em escolas no Algarve, entrevistando sete coordenadores de Educação para a Saúde, um diretor de agrupamento de escolas e um docente de Ciências Naturais. A autora observa que a ES está integrada nos projetos educativos dos seis agrupamentos estudados. Embora haja relatos da intenção de implementá-la de forma transversal e interdisciplinar, na prática, tem sido a disciplina de Ciências Naturais a que mais participa na ES, evidenciando o modelo médico-preventivo. Os/as participantes dizem ter pouco apoio do Ministério da Educação e Ciência, falta de formação e falta de interesse dos/as demais docentes.

É bastante comum que considerem que os/as os/as professores/as mais indicados/as para falar de sexualidade na sala de aula são de Biologia; entretanto, uma ES não se restringe somente a esses aspetos e tampouco os cursos de formação em Ciências têm preparado esses/as profissionais para trabalhar além das questões orgânicas (Altman, 2001; Maia, 2006; Ramiro, & Matos, 2008).

A Educação em Ciências prevê, entre outros aspetos, a preparação teórica do corpo docente para o ensino de questões orgânicas, tais como conhecimento da anatomia, fisiologia e morfologia no desenvolvimento típico, mas não preparam os/as professores/as para compreenderem questões emocionais e sociais mais amplas e complexas que envolvem o comportamento humano, tais como medos, ansiedades, valores, padrões, etc. Além disso, os cursos de formação em Ciências, em geral, não têm disciplinas sobre Sexualidade e Educação, tampouco sobre Educação Especial e Inclusiva, apesar do número, cada vez maior, de crianças e adolescentes com deficiências nas salas de aulas.

Sexualidade de pessoas com deficiências

A sexualidade, como um conceito abrangente, representa os valores, concepções, sentimentos, regras, diversidade de desejos eróticos e identidades de género, entre outras, e é expressa em atitudes relacionadas com os padrões sociais e históricos (Anderson, 2000; Vilaça, 2007). Todos os seres humanos, independentemente da sua condição orgânica, são seres sexuados, têm um corpo erótico, estão expostos aos valores e padrões sociais e, a despeito de possíveis dificuldades na resposta sexual, decorrentes de deficiências, serão sempre sexuados e sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos (Maia, 2006).

Os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte dos direitos humanos (WHO, 2009) e devem ser garantidos a todas as pessoas. Destacamos o direito à ES que deve ser esclarecedora, adequada à idade, respeitando as diferenças culturais, baseada em conceitos científicos, visando a equidade de géneros e uma abordagem positiva sobre a sexualidade humana (World Association

for Sexology, 2014). Neste sentido, pessoas com deficiências são seres sexuados e têm direito à ES para promoverem a sua saúde sexual e, principalmente, para diminuir as suas condições de vulnerabilidade (Gesser & Nuernberg, 2014; Schwier & Hingsburger, 2007). Estas pessoas são vistas socialmente com uma “sexualidade atípica e diferente”, pois é comum observar nelas comportamentos inadequados ou uma imagem infantil que alimentam crenças e equívocos. A sua sexualidade é a mesma de qualquer outra pessoa; o que muda é a sua expressão, que depende de suporte social, muitas vezes, ausente (Maia, 2016).

As principais crenças que dificultam o reconhecimento de que pessoas com deficiências são sexuadas são: “assexualidade” (são “anjos”, sem desejos sexuais) ou “hipersexualidade”(têm desejos exacerbados). Isso ocorre porque essas pessoas não receberam “educação”, esclarecimentos e treino de habilidades sociais que os/as ajudem a expressar a sua sexualidade, cujos problemas, quando existem, têm mais a ver com as questões educacionais e sociais, do que com a deficiência em si (Anderson, 2000; Maia, 2016; Maia & Ribeiro, 2010). Assim, além das crenças errôneas influenciarem os/as professores/as na decisão de não falarem sobre sexualidade com crianças e adolescentes com deficiência, como por exemplo, “de que não precisam” ou “de que vai aumentar o interesse e desejo” (Maia, 2006; 2010), outras dificuldades justificam também uma “omissão”: dificuldades pessoais, falta de formação técnica e falta de materiais adaptados (Couwenhoven, 2007; Kaufman, Silverberg & Odette, 2003; Maia, 2010). Essa discussão quase não existe na formação dos professores/as, inclusive de Ciências que dominam os conceitos sobre o funcionamento do corpo, sem conhecerem as especificidades no desenvolvimento da sexualidade quando há uma deficiência, nem os procedimentos didáticos necessários para atender esses/as alunos/as.

A atual Educação Inclusiva desafia os/as professores/as para educarem uma ampla diversidade de alunos/as, nomeadamente com deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, etc. Mas como têm lidado com isso? Como percebem a sexualidade dos/as alunos/as com deficiências? Acreditam nas crenças sociais ou estão bem informados? Para contribuir para este debate, realizamos esta investigação que teve por objetivo analisar o conhecimento de/as professores/as de ciências sobre a sexualidade e a ES para pessoas com deficiências.

Metodologia

Participantes

Este estudo envolve 45 professores/as do Distrito de Braga, sete homens e 34 mulheres (4 sem informação). Dois têm menos de 30 anos, 15 entre 41-50, 23 entre 51-60 e 4 têm 61 anos ou mais (1 sem informação). Da amostra total, 66.7% tem Licenciatura e 26.7% o Mestrado e atua principalmente nos 7º, 8º e 9º anos.

A maioria dos alunos/as com deficiências que tiveram nos últimos 5 anos tinha transtorno do espectro autista (23%), deficiência Intelectual (23%), física (17%), visual (16%), auditiva (10%) e múltipla (11%).

Procedimentos

Todos os procedimentos éticos foram respeitados, sendo validados pela Comissão de Ética no Brasil e Comissão Nacional de Proteção de Dados, Ministérios da Educação e Comissão de Ética

da Universidade do Minho, em Portugal. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online com as seguintes dimensões: a) dados pessoais e acadêmicos, b) questões sobre sexualidade e deficiências; c) educação em sexualidade. As respostas foram analisadas por meio de estatística descritiva.

Nesta comunicação apenas serão apresentadas as concepções dos inquiridos relacionadas com as crenças (“mitos”) sobre a sexualidade e deficiências mais referidas na literatura, considerando a relação com as seguintes condições: transtorno do espectro autista (TEA), deficiência intelectual (DI), deficiência física (DF) e deficiência sensorial (DA/DV).

Resultados

Concepções de professores/as sobre a sexualidade de pessoas com deficiências

Um dos mitos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência diz respeito ao facto de serem “assexuados”, considerando uma ausência de desejos sexuais e/ou uma infantilização do erotismo (Fig. 1).

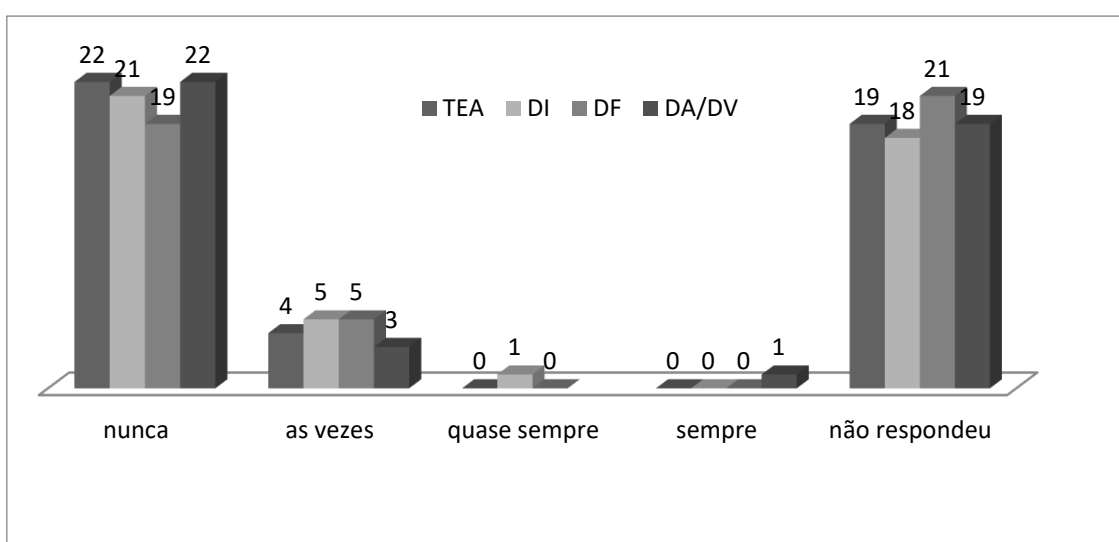


Figura 1. Opinião dos/as professores/as sobre a assexualidade de pessoas com deficiências

É grande o número de respostas “não sei” para os quatro agrupamentos de deficiências. Muitos não consideram a assexualidade para todos/as, o que é adequado e importante, mas se somarmos as respostas “às vezes”, “quase sempre” e “sempre”, observamos que alguns professores/as de modo geral têm essa concepção: DI (n=6); DF (n=5); TEA (n=4); DA/DV (n=4).

Outro mito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência diz respeito à ideia de “hiperssexualidade”, considerando nelas um erotismo exacerbado (Fig. 2).

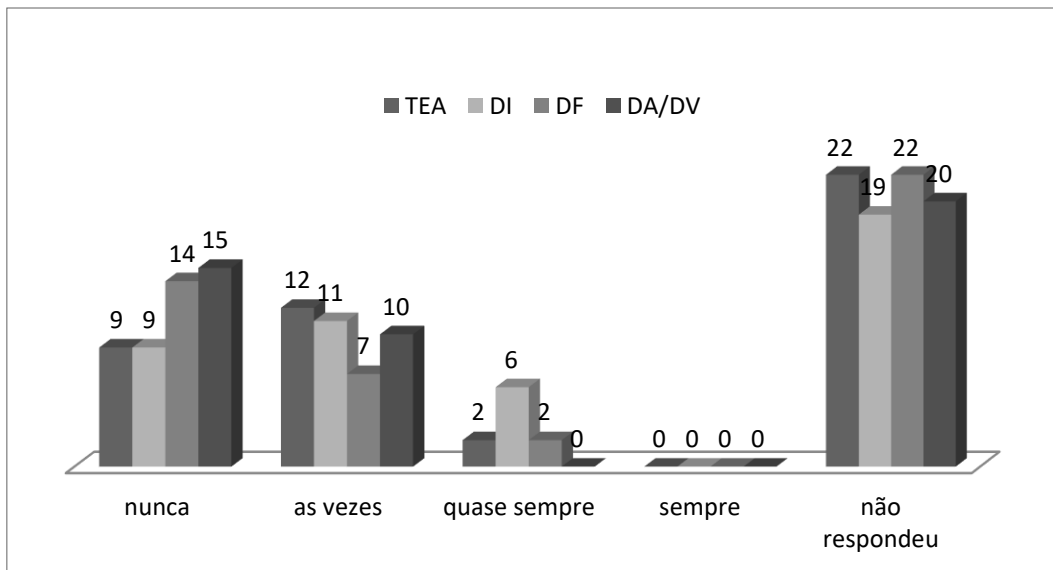


Figura 2. Opinião sobre a hipersexualidade de pessoas com deficiências

Aqui também é grande o número de respostas “não sei” para os quatro agrupamentos de deficiências. Há um número menor de professores/as, em relação aos que não acredita na “asexualidade”, que também não acredita na “hiperssexualidade”. Se somarmos as respostas “às vezes” “quase sempre” e “sempre”, observamos que a crença de uma sexualidade exagerada relacionada com as deficiências é sinalizada nos 4 agrupamentos: DI (n=17), TEA (n=14), DA/DV (n=10) e DF (n=9). Os dados sugerem que a maior crença de uma hipersexualidade está relacionada com os casos em que há uma limitação cognitiva e/ou social, como a deficiência intelectual e os casos de TEA, provavelmente porque nessas pessoas é comum a visibilidade de comportamentos inadequados quando não há educação em sexualidade.

Outra crença errônea é sobre haver comprometimento no desenvolvimento do corpo e das características sexuais secundárias (Fig. 3).

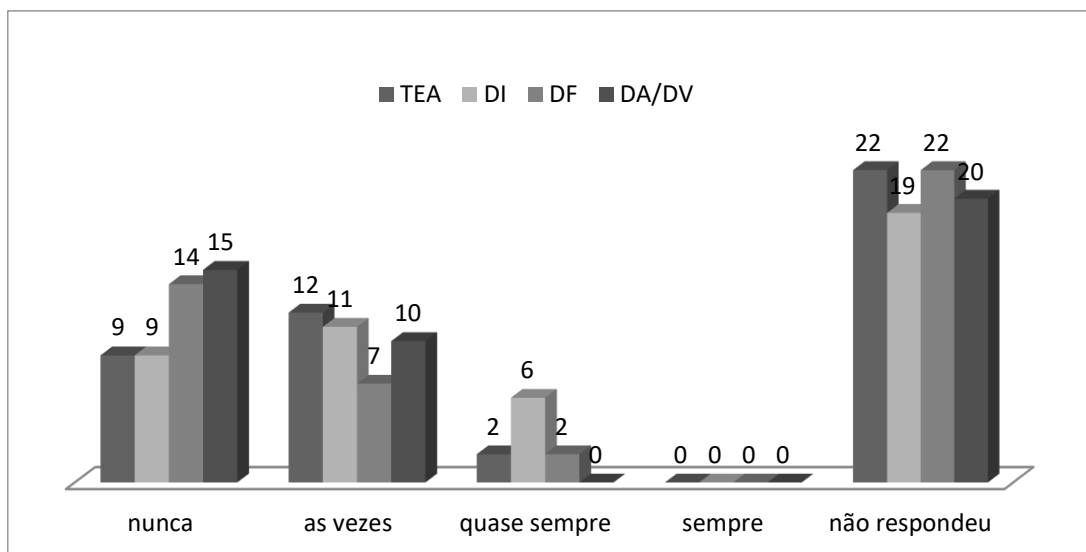


Figura 3. Opinião sobre problemas no corpo/ puberdade de pessoas com deficiências

Também é grande o número de respostas “não sei” para os quatro agrupamentos de deficiências. Nas respostas positivas, observamos que muitos/as professores/as acreditam em problemas orgânicos na puberdade para os 4 agrupamentos: DI (n=17), TEA (n=14), DA/DV (n=10) e DF (n=9). Os dados sugerem que, segundo estes/as professores/as, o desenvolvimento do corpo parece mais comprometido quando há uma deficiência intelectual.

Em relação ao facto de serem inférteis ou terem problemas na reprodução, o número de respostas “não sei” também foi bastante alto nos quatro agrupamentos de deficiências, o mais alto índice dos mitos analisados (Fig. 4).

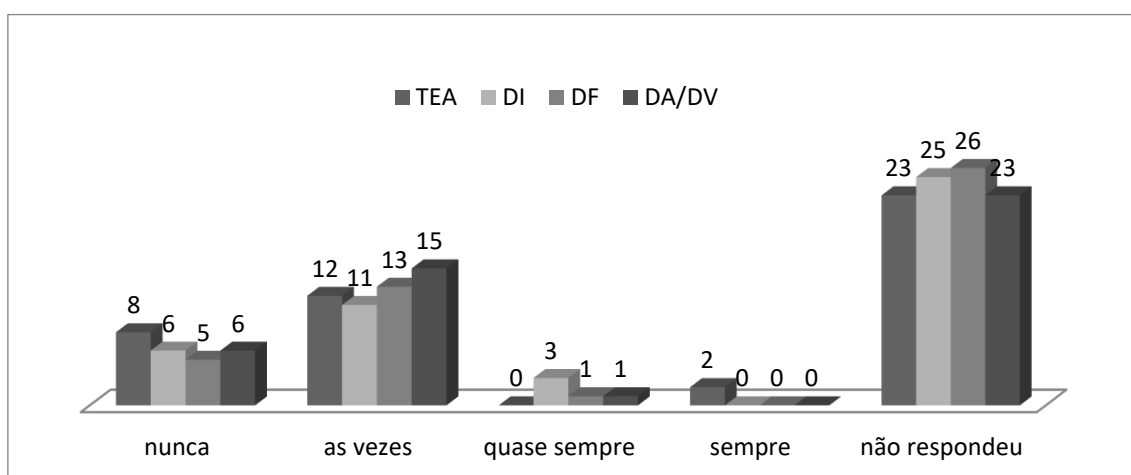


Figura 4. Opinião sobre problemas na reprodução em pessoas com deficiências

Somando as respostas positivas, observamos que alguns/as professores/as acreditam numa reprodução problemática e/ou ausente para os 4 agrupamentos: DA/DV (n=16); DI (n=14); DF (n=14); TEA (n=12). Quase sempre as pessoas com deficiência são capazes de conceber, gerar e parir filhos/as, se não houver comprometimento orgânico e funcional, mesmo que necessitem de suporte social para exercerem a maternidade/paternidade. O curioso é que entre as deficiências, as que não têm nenhuma relação com a capacidade de reprodução do ponto de vista orgânico, são exatamente as deficiências visual e auditiva, que foram as mais referidas como problemáticas, para estes/ professores/as inquiridos.

Concepções sobre a educação em sexualidade para alunos/as com deficiências

Dezessete professores/as dizem que o seu papel é oferecer ES aos/as alunos/as com deficiência; oito que “depende”, quatro que “não” e muitos/as (n=16) não respondem.

Quanto a estar preparado para assumir a ES, seis dizem que estariam, 14 que “não”, nove “em parte” e muitos/as não respondem (n=16). As justificativas para estarem preparados foram: “facilidade com o assunto”; “facilidade com os alunos” e “ter apoio da escola/família”. As justificativas para “não estarem”, ou “estarem em parte” foram: “dificuldades pessoais”; “dificuldade com os alunos com deficiência”; “não ter apoio escola/família” e “não ter formação na área”.

Discussão dos Resultados

Estes/as professores/as reconhecem as pessoas com deficiência como “sexuadas”, tal como acontece em estudos anteriores (Anderson, 2000; Blackburn, 2002; Maia, 2006; Schwier &

Hingsburger, 2007), o que beneficia uma sociedade inclusiva pois dá visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência. No entanto, algumas concepções encontradas são “problemáticas”, pois muitos/as têm os mitos da assexualidade, hiperssexualidade, puberdade comprometida e incapacidade de reprodução, como se encontra anteriormente em Anderson (2000) e Maia e Ribeiro (2010). A falta de informações e as crenças contribuem para a manutenção dos preconceitos vigentes. Além disso, muitos respondem “não sei” nas várias questões, o que reforça a sua desinformação sobre a temática, facto já identificado em Maia e Aranha (2005).

Em geral, esses/as professores/as concordam que deveriam fazer ES para os/as alunos/as com deficiências, mas reconhecem a falta de preparação, sobretudo, por dificuldades pessoais, falta de apoio da escola ou família e pela necessidade de formação na área, tal como acontece noutras investigações (Aderemi, 2014; Maia et al., 2015; Reuse et al., 2015).

Apesar de muitas pessoas acreditarem que o/a professor/a ideal para assumir a ES é o/a de Ciências por ter maior domínio sobre as questões orgânicas (Caridade, 2008; Gonçalves, 2010; Paulos, 2014), na sua formação não há um aprofundamento do desenvolvimento humano quando há deficiências. Ou seja, a dificuldade em educar em sexualidade os/as alunos/as com deficiência existe para os/as professores/as em geral, inclusive os/as de Ciências.

Conclusões

Estes/as professores/as de Ciências têm as mesmas dificuldades que os/as demais para falar de sexualidade com os/as alunos/as, em geral, e com os/as que têm deficiência, porque não há como trabalhar os conhecimentos sobre o corpo relacionados com o sistema reprodutor, sem que isso desperte sentimentos, dúvidas e questões subjetivas e sociais. Assim, o/a professor/a de Ciências deve considerar as questões específicas sobre o desenvolvimento da sexualidade e as diferentes deficiências, especialmente sobre a puberdade e a saúde sexual, mas, em geral, a pessoa com deficiência é invisível nos materiais didáticos e conteúdos curriculares, assim como é omissa a Educação Especial na formação desses profissionais.

Apesar das limitações do estudo, estes resultados sugerem que é preciso investir na formação inicial e contínua de todos/as professores/as, contemplando a relação entre a Educação em Ciências e a Educação Especial e Inclusiva.

Nota: Investigação realizada em pós-doutoramento, financiada pela agência de fomento brasileira FAPESP (Processo n. 2016/14382-0).

Referências bibliográficas

- Aderemi, T. J. (2014). Teachers' perspectives on sexuality and sexuality education as learners with intellectual disabilities in Nigeria. *Sex Disability*, 32, 247-258.
- Altmann, H. (2001). Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, 9(2), 575.
- Anderson, O. H. (2000). *Doing what comes naturally? Dispelling myths and fallacies about sexuality and people with developmental disabilities*. Illinois: High Tide Press.
- Blackburn, M. (2002). *Sexuality & disability*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- Caridade, M. do C.M. (2008). O Papel da Escola e da Educação em Ciências na Educação Sexual dos Adolescentes: Concepções de Professores de Ciências da Natureza/ Naturais e Encarregados de Educação da Escola EB2/3 de Cabeceiras de Basto. Mestrado em Educação, UMinho, Portugal.
- Costa, J.A. (2000). A Educação em Ciências: novas orientações. *Millenium*, 19, s.p.

- Couwenhoven, T. (2007). *Teaching children with Down Syndrome about their bodies, boundaries and sexuality*. Bethesda: Woodbine House.
- Duarte, P.M.S., & Meireles-Coelho, C. (2011). Educação e literacia sexual: representações de professores. In C.S., Reis, & F. S., Neves (Coord.), *Livro de Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* (pp.231-236). Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.
- Figueiró, M. N. D. (2010). *Educação Sexual retomando uma proposta um desafio* (3ª ed.). Londrina: EDUEL.
- Gesser, M., & Nuernberg, A. H. (2014). Psicologia, Sexualidade e Deficiência: novas perspectivas em Direitos Humanos. *Revista Ciência e Profissão*, 34 (4), 850-863.
- Gonçalves, C. M. M. (2010). *O papel da Educação em Ciências e do Gabinete de Apoio ao Aluno na Educação Sexual: uma investigação centrada no Ensino Secundário*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, UMinho, Portugal.
- Kaufman, M., Silverberg, C., & Odette, F. (2003). *The ultimate guide to sex and disability – For all of us who live with disabilities, chronic pain e illness* (2ª ed). Califórnia/USA: Cleis Press.
- Maia, A.C.B. (2006). *Sexualidade e Deficiências*. São Paulo: Editora Unesp.
- Maia, A.C.B. (2010). Sexualidade e deficiência Intelectual: questões teóricas e práticas. In V.L., Capellini, & O.M.R. Rodrigues (Orgs.), *Práticas pedagógicas inclusivas: da criatividade às valorizações das diferenças* (pp.11-38). Bauru: FC/MEC.
- Maia, A.C.B. (2016). Vivência da sexualidade a partir do relato de pessoas com deficiência intelectual. *Psicologia em Estudo*, 21(1),77-88.
- Maia, A.C.B., & Aranha, M.S.F. (2005). Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escolar. *Interação*, 9(1), 103-116.
- Maia, A.C.B., & Ribeiro, P.R.M. (2010). Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Rev Brasileira Educação Especial*, 16 (2), 159-176.
- Maia, A.C.B., Reis-Yamauti, V.L., Schiavo, R.A., Capellini, V.L.M.F., & Valle, T.G.M. (2015). Teacher opinions on sexuality and Sexual Education of students with intellectual disability. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 427-435.
- Paulos (2014). O impacto da Educação Sexual em Contexto Escolar. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação e da Formação, Universidade do Algarve, Portugal.
- Peixoto, R., Oliveira, M. De, & Maio, E. R. (2015). Sexualidade: a formação dos /as profissionais e os desafios do trabalho pedagógico. *Revista Eletrónica de Educação e Psicologia*, 2, 96-115.
- Ramiro, L., & Matos, M. G. de (2008). Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista Saúde Pública*, 42(4), 684-92.
- Reus, L. de, Hanass-Hancock, J., Henken, S., & Brakel, W. Van. (2015). Challenges in providing HIV and sexuality education to learners with disabilities in South Africa: the voice of educators. *Sex Education*, 15(4), 333-347.
- Ribeiro, J., Pontes, A., & Santos, L. (2013). Conceção e implementação de um projeto de educação sexual na turma. *Revista Lusófona de Educação*, 23, 179-198.
- Schwier, K. M., & Hingsburger, D. (2007). *Sexuality: Your sons and daughters with intellectual disabilities* (3rd ed.). Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co.
- Vilaça, T. (2007). Eficácia do paradigma democrático de educação para a saúde no desenvolvimento da competência de ação em educação sexual. In A. Barca; M. Peralbo et al. (Eds.), *Libro de Actas do Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 971-982). Coruña: Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación.
- Vilaça, T. (2013), Perspectiva evolutiva das políticas e práticas de educação sexual na comunidade escolar em Portugal. *Doxa*, 17(1 e 2), 245-293.
- World Health Organization (2009). *Sexual and Reproductive Health*. Retirado de: <http://www.who.int/reproductivehealth/en/> Acesso em 09.05.2017.
- World Association for Sexual Health (2014). *Declaração dos Direitos Sexuais*. Retirado de: <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>. Acesso em 24.09.2017.

FICHA TÉCNICA

Título

Educação em Ciências em múltiplos contextos - Atas do XVII Encontro Nacional de Educação em Ciências, XVII ENEC, I Seminário Internacional de Educação em Ciências, I SIEC.

Comissão Editorial

Ana Peixoto, Joana Oliveira, Joana Gonçalves, Luísa Neves, Rita Cruz

Edição

Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Escola Superior de Educação

Viana do Castelo, fevereiro de 2018

ISBN – 978-989-8756-17-6 (E-BOOK)

Revisão científica: Alcina Mendes, Ana Peixoto, Ana Rodrigues, António José Almeida, Aparecida de Fátima Andrade da Silva, Bento Cavadas, Cecília Galvão, Celina Vieira, Clara Vasconcelos, Cláudia Faria, Cristina Martínez Losada, Delmina Pires, Fátima Paixão, Filomena Teixeira, Graça Simões de Carvalho, Isabel Martins, Isabel Vale, Joana Oliveira, Joaquim Bernardino Lopes, José Alexandre Pinto, José Luís de Jesus Coelho da Silva, José Portela, Laurinda Leite, Leonor Saraiva, Lina Fonseca, Luís Dourado, Luísa Neves, Mariana Valente, Marília Cid, Mirian Jonis, Mónica Baptista, Neusa Scheid, Pedro Reis, Rute Monteiro, Susana Garcia Barros, Teresa Gonçalves, Teresa Vilaça, Vicente Mellado, Vítor Oliveira.